

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO**  
**1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

**Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009**

**MODERNA GRAMÁTICA BRASILEIRA: A SINTAXE COMO LUGAR DE**  
**EMBATE ENTRE O POLÍTICO E O CIENTÍFICO**

Maria Iraci Sousa Costa  
iraciscosta@yahoo.com.br  
Graduanda – Orientadora: Amanda Scherer  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Nossa proposta de trabalho, inscrita no projeto de Iniciação Científica, intitulado “História das Ideias Linguísticas no Sul: estudo das ideias e organização da memória dos anos 80 a 2000”, é parte da investigação que vimos desenvolvendo sobre a Moderna Gramática Brasileira (1976), de Celso Pedro Luft, na qual temos como objetivo central analisar as influências políticas e científicas no discurso desse gramático. Uma vez que entendemos o político como representado pela NGB e a ciência como representada pela disciplinarização da Linguística, a partir de uma perspectiva discursiva, visamos a verificar como se estabelece a relação entre a ciência e o político na construção desse instrumento linguístico, tomando como base a designação<sup>1</sup> adotada na seção de Sintaxe. Nosso estudo está embasado nas questões teórico-metodológicas da Análise de Discurso de linha francesa, apoiando-se nas noções de condições de produção, memória discursiva, estrutura, acontecimento e posição-sujeito, vinculando-se também aos estudos referentes à História das Ideias Linguísticas. A seleção do corpus se deve ao fato de a Moderna Gramática Brasileira abarcar dois momentos decisivos da gramatização brasileira: a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e a disciplinarização da Linguística, pois o corpus da nossa pesquisa deveria ser a terceira edição da Gramática Resumida (GR), publicada em 1960, a qual foi escrita inicialmente com a finalidade de explicar a NGB logo após sua decretação. No entanto, à medida que vai sendo reeditada, as condições de produção vão redefinindo a GR. Quando chega a terceira edição, essa gramática está tão engajada com a ciência linguística que seu criador lhe dá uma nova denominação: Moderna Gramática Brasileira. Desse modo, buscamos entender como esses dois acontecimentos, a NGB e a disciplinarização da Linguística, se relacionam e como se dá a passagem de um acontecimento a outro.

### **Introdução**

Desde a independência política do Brasil, no século XIX, questiona-se se portugueses e brasileiros falam a mesma língua, desencadeando várias discussões entre estudiosos da língua. Esse

---

<sup>1</sup> Designação deve ser entendida aqui tal como Guimarães (2002) a define: significação de um nome à medida que atribui uma identidade a um objeto.

fator político acelerou o processo de gramatização em território brasileiro, pois, segundo Aourou (1992), uma vez constituída a nação, o interesse volta-se para a correspondência com uma língua, cuja aprendizagem será imposta aos cidadãos.

A produção de instrumentos linguísticos em território brasileiro teve início a partir da segunda metade do século XIX (Guimarães, 1996). Já iniciado o processo de gramatização da língua falada no Brasil, houve a necessidade de convencionalizar uma nomenclatura para ser adotada nos textos gramaticais brasileiros. Foi então que, em 1958, foi aprovada e decretada a Nomenclatura Gramatical Brasileira, considerada o ápice da gramatização brasileira, proposta por uma comissão designada pelo Estado. Com isso, houve uma proliferação de gramáticas que visavam à explicação da aplicação da nova nomenclatura. Segundo Baldini (1998), a NGB fez com que o gramático passasse a ser aquele que comenta a nomenclatura, ficando preso a uma norma imposta pelo Estado. No entanto, a disciplinarização da Linguística na década de 60 provoca uma nova desestabilização, pois o estatuto de cientificidade do linguista vai caucionar o saber do gramático, e eis que se inicia uma tensão entre o político e o científico.

Assim, olhar para essa gramática na época em que ela foi publicada significa buscar entender que saberes a constituem e que influências ela sofreu. Se num primeiro momento nós tínhamos a NGB, num segundo momento temos a introdução da Teoria Gerativista no Brasil, a qual apontava para uma nova perspectiva sobre os estudos gramaticais. Portanto, a importância da reflexão proposta para a nossa pesquisa se deve ao fato de a Moderna Gramática Brasileira abarcar momentos decisivos da gramatização brasileira: a Nomenclatura Gramatical Brasileira e a disciplinarização da Linguística.

### **Pressupostos teóricos e analíticos**

Como condições de produção em sentido amplo (Orlandi, 2005), num primeiro momento, temos o momento histórico da decretação da NGB, que representa o marco do início de uma memória discursiva, uma regularidade, uma estruturação do discurso gramatical. Ainda no final da década de 50, os estudos sobre a gramatização da língua falada no Brasil estavam incipientes, no sentido que não contavam com um aparato teórico. Segundo Guimarães (1996), a NGB se reduz a uma organização terminológica sem teoria que a sustente adequadamente, por isso a classifica junto às produções sem configuração ou filiação a um aporte teórico bem definido.

Num segundo momento, tem-se a disciplinarização da Linguística na década de 60, que dá início a uma nova fase da gramatização brasileira: a partir de então os trabalhos gramaticais são dedicados a analisar as especificidades do português do Brasil, tendo como base uma perspectiva ou estrutural, ou funcional ou gerativa que (cf. Guimarães, *Ibid.*). Desse modo, a disciplinarização da Linguística dá sustentabilidade teórica para estudar as especificidades do português do Brasil partindo de um ponto de vista científico, situando-se no grupo das produções com aporte teórico.

À medida que a Gramática Resumida vai sendo reeditada, o discurso que remonta à NGB dá espaço a outros enunciados oriundos de um novo domínio de saber. Quando a Gramática Resumida passa a ser a Moderna Gramática Brasileira, o discurso do gramático passa a se inscrever em uma abordagem gerativa. Desse modo, esse novo domínio de saber rompe com a estrutura já posta e institui uma nova, por isso entendemos a disciplinarização da Linguística como um Acontecimento Histórico.

Partindo do pressuposto de que a condição para que haja um acontecimento é a existência de uma estrutura, de uma memória discursiva (cf. Indursky, 2003), entendemos que só pode existir um acontecimento a partir da decretação da NGB, pois sua instauração se deu em função de não haver um consenso entre os gramáticos sobre as designações empregadas nas gramáticas produzidas no Brasil. Só a partir da NGB é que se tem, de fato, uma estrutura, e, por conseguinte, a partir do momento em que se tem um discurso estabilizado, regularizado pela memória discursiva, tem-se a possibilidade de a estrutura ruir ao peso do acontecimento discursivo novo (cf. Pêcheux, 1999).

O acontecimento discursivo se dá em função da desidentificação com a forma-sujeito, de modo que o sujeito se desloca de uma formação discursiva já existente para nova formação discursiva, marcando o início de uma nova memória que perturba a anterior. Apesar de instaurar uma nova regularidade, o acontecimento discursivo não apaga a estrutura precedente, pois a horizontalização do acontecimento discursivo depende da regularização anterior.

Indursky (2008) propõe uma outra modalidade de acontecimento, que é o acontecimento enunciativo, que, consiste na instauração de uma nova posição-sujeito no interior da formação discursiva com a qual o sujeito se identifica, distanciando-se da posição-sujeito dominante. Diferentemente do acontecimento discursivo, não há ruptura, há uma tensão constante em função de diferentes posições se relacionarem de forma diferente em relação a ideologia dentro da formação discursiva.

Em relação ao corpus da nossa pesquisa, que num primeiro momento é designado de **Gramática Resumida** e posteriormente **Moderna Gramática Brasileira**, datadas respectivamente de 1960 e 1976, entendemos que, desde o momento em que se dá um outro nome à gramática, já se tem uma tensão, um estranhamento que aponta para a não-repetibilidade da nomenclatura proposta pelo Estado. Desse modo, a formação discursiva com a qual gramático se identifica se constitui pelo mesmo e pelo diferente, pois de um lado temos a NGB que apresenta uma nomenclatura específica para as gramáticas produzidas no Brasil, e de outro a Teoria Gerativo-Transformacional, que, como qualquer outra teoria, apresenta termos próprios com sentidos particulares.

Tomamos a seguinte SD, extraída da seção de Sintaxe da **Moderna Gramática Brasileira**, como representação da instauração de um novo saber a partir da fragmentação da forma-sujeito:

SD1 - Sintagma é qualquer constituinte imediato da oração, exercendo função de sujeito, complemento, predicativo, adjunto adverbial. Tanto pode ser uma palavra só como mais de uma palavra:

*o aluno – está lendo – a história – com muita atenção  
ele – lê – aquilo – atentamente*

(MGB, p.13)

A introdução de uma nova designação pertencente ao discurso do linguista aponta para um confronto entre o científico e o político, de modo que o embate em torno da questão da língua representa um acontecimento enunciativo que marca o surgimento de um novo saber no interior da formação discursiva. Desse modo, o discurso do gramático entra em tensão com o já dito, deslocando seu discurso da ordem da repetibilidade para instaurar um novo. Um novo que só é novo na formação discursiva com a qual o gramático se identifica, porque esse saber vem da área do linguista. Como se trata de discursos e de posições-sujeito diferentes, esse discurso pode ser classificado como de transferência, que é aquele que produz um “efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos, diferentes” (Orlandi, 2001, p 24). Uma vez que tal designação constitui o discurso do linguista, o gramático, ao tomá-lo como seu, desloca-o de uma ordem e o inscreve em outra produzindo novos efeitos de sentidos. A introdução de uma nova designação faz com que a memória discursiva entre novamente em desestabilização, uma vez que rompe com o princípio original da criação da NGB, que era regularizar o discurso do gramático. Em termos pechatianos, seria dizer que *aquilo que não pode e não deve ser dito* passa a ser constitutivo do discurso do gramático.

Não se trata de uma desidentificação, porque não é o sujeito que migra de uma formação discursiva para outra, mas sim os saberes. Por isso, entendemos que a introdução da designação “sintagma” constitui um acontecimento enunciativo (Indursky, 2008), pois, até então, essa designação nunca fez parte da formação discursiva do gramático, ela é deslocada de um novo domínio de saber, a Teoria Gerativista, que na década de 70 estava muito incipiente. A definição de “sintagma” apresentada por Luft em nada se parece com a definição de Saussure, criador dessa designação, pois no *Curso de Linguística Geral* esse conceito não apresenta nenhuma relação com a sintaxe.

Segundo Authier-Revuz (1998) o discurso de divulgação científica não visa a formação de especialistas tampouco visa estender a comunidade de origem. Sendo que o público-alvo do corpus da nossa pesquisa são os “professores, alunos e curiosos em geral” e não os especialistas (Prefácio, p. XIV), e que o sujeito que enuncia não é um linguista, mas sim um gramático, entendemos que a gramática veicula um discurso de divulgação, tornando a metalinguagem científica mais acessível para o público leigo. Segundo Orlandi (2001), o discurso de divulgação científica parte de um texto que é da ordem do discurso científico e mantém o efeito de ciência por meio da terminologia. Desse modo, defendemos que a posição-sujeito que se instaura dentro da formação discursiva do gramático é a de divulgador da ciência. A ausência de um espaço próprio e a falta de um consenso sobre a definição de linguista se deve a incipiência de estudos nessa época no Brasil. Tal fato fez com que esses novos saberes circulassem pelos mais variados espaços, possibilitando que sujeitos de diferentes formações discursivas se apropriassem desse saber incorporando-o em seu discurso.

## **Conclusão**

A partir desta análise, entendemos a disciplinarização da Linguística enquanto acontecimento histórico, uma vez que cria um novo domínio de saber que rompe com uma estrutura já posta (NGB), fazendo surgir uma nova forma-sujeito. Como acontecimento enunciativo tem-se a instauração de uma nova posição-sujeito dentro da formação discursiva do gramático, que é a de divulgador da ciência. Concluímos também que o sujeito gramático se contra-identifica com a condição imposta pelo Estado de manter a gramática restrita às designações da NGB, condição essa que constitui a posição-sujeito dominante da formação-discursiva do gramático. Ao se contra-identificar, o sujeito cria um saber ao introduzir uma nova designação, instaurando uma nova posição-sujeito e distanciando-se da posição-sujeito dominante, o que constitui o que Indursky (2008) chama de acontecimento enunciativo. Uma vez que o sujeito que enuncia não é um linguista, mas um gramático e seu discurso não visa à formação de especialistas, defendemos que posição-sujeito instituída é a de divulgador da ciência. Consideramos também que a formação discursiva do gramático é constituída por designações da NGB e também por designações que são deslocadas do domínio de saber do linguista, mantendo uma constante tensão entre o político e o científico.

### **Referência Bibliográfica**

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998, p. 107-25.

BALDINI, Lauro. **Um lingüista na terra da gramática**. 2005. 123 f. Tese (Área de Concentração: Análise do Discurso) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português do Brasil: a gramatização brasileira. In.: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Org.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

INDURSKY, Freda. A noção de sujeito em análise de discurso: do desdobramento à fragmentação. In: **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. Coleção Ensaio – PPG-Letras UFRGS, nº 22.

INDURSKY, Freda. **Lula lá: estrutura e acontecimento**. In.: Organon. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS, 2003, Volume 17, nº 35, p. 101-21.

ORLANDI, Eni. **Produção e circulação do conhecimento linguístico**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 7.ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre... [et al]. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de E. Orlandi. 3.ed. Campinas: EdiUnicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.